

Outubro Rosa em pauta

Na manhã desta terça-feira, 07, a diretora de Formação do Sindsep, Maria do Amparo, concedeu entrevista à Rádio Educadora 88.3 FM, onde abordou temas relacionados à campanha Outubro Rosa, às atividades promovidas pelo sindicato no dia 22 e à importância das ações permanentes de conscientização sobre o Câncer de Mama.

Durante a entrevista, Maria do Amparo destacou a relevância do

diagnóstico precoce como principal forma de prevenção e tratamento eficaz da doença, reforçando o compromisso do Sindsep com a saúde e o bem-estar dos servidores públicos.

O Sindsep mantém seu engajamento nas campanhas educativas e de valorização da vida, incentivando o autocuidado e o acesso à informação como ferramentas fundamentais para a prevenção do câncer de mama.



Câmara Americana de Comercio vê diálogo Lula-Trump como chance de reequilíbrio

As relações comerciais entre Brasil e Estados Unidos ganharam novo fôlego após o diálogo entre o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e o presidente dos Estados Unidos, Donald Trump. A conversa, realizada por telefone na segunda-feira (6), é vista como um passo decisivo para reconstruir pontes diplomáticas e econômicas entre os dois países, em meio a um cenário de desequilíbrio na balança comercial.

De acordo com dados divulgados pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC), as exportações brasileiras ao mercado norte-americano caíram 20,3% em setembro, enquanto as importações de produtos dos EUA cresceram 14,3%. As informações foram publicadas pelo MDIC e repercutidas pela Amcham Brasil, que avalia o movimento como reflexo direto das sobretaxas impostas a diversos produtos nacionais.

No acumulado de janeiro a setembro, as vendas externas do Brasil para os Estados Unidos registraram leve retração de 0,6%, ao passo que as compras aumentaram 11,8%. O resultado ampliou o superávit americano para US\$ 5,1 bi-

lhões, evidenciando uma perda de competitividade para a indústria brasileira em setores estratégicos. Entre os mais prejudicados estão siderurgia, alumínio, máquinas e equipamentos, madeira, produtos químicos e manufaturas em geral.

Para a Amcham Brasil, o recente contato entre os dois presidentes representa um avanço importante na tentativa de corrigir essas distorções. “O comércio Brasil-EUA é sustentado por uma ampla rede de empresas, investimentos e interesses mútuos. Esperamos que o diálogo entre os presidentes abra caminho para negociações que devolvam previsibilidade e permitam preservar e expandir o comércio e os investimentos bilaterais”, afirmou Abrão Neto, presidente da entidade.

A Amcham ressalta que a retomada de um diálogo direto no mais alto nível político é crucial para reduzir barreiras comerciais e restabelecer a confiança entre os



parceiros. Segundo a entidade, uma negociação mais equilibrada pode beneficiar tanto exportadores brasileiros quanto consumidores e empresas americanas, especialmente nos setores industriais de maior integração produtiva.

Ainda nesta semana, a Amcham Brasil divulgará a edição de setembro do Monitor do Comércio Brasil-EUA, publicação que traz análises detalhadas sobre o desempenho das trocas comerciais entre os dois países, incluindo dados sobre produtos, regiões e tendências de investimento. O relatório deve servir de base para futuras iniciativas de cooperação e ajustes na política de comércio exterior.

Atos são fundamentais para derrotar reforma administrativa, diz Frente do Serviço Público

Em reunião convocada para esse domingo, 5, a Frente Parlamentar Mista em Defesa do Serviço Público promoveu um debate com participação de parlamentares, analistas e representantes de entidades dos servidores federais, estaduais e municipais, em torno da proposta de reforma administrativa apresentada pelo deputado Pedro Paulo (PSD-RJ) na Câmara dos Deputados, na semana passada.

Os parlamentares da Frente histórica em defesa dos serviços públicos que participaram da reunião, incluindo Alice Portugal (PCdoB-BA), Rogério Correia (PT-MG), Mauro Benevides Filho (PDT-CE), que mesmo em licença médica participou da atividade, e Fernando Mineiro (PT-RN), foram unânimes em afirmar: a proposta de "reforma" é, na verdade, um projeto de desmonte do Estado brasileiro. A Frente alerta que atos e a intensificação da mobilização para derrotar a reforma administrativa são fundamentais.

Para isso, o Coletivo das Três Esferas da CUT, composta por entidades que representam servidores públicos federais, estaduais e municipais, estão unidos a movimentos sociais, sindicatos e centrais sindicais em torno de uma mobilização permanente em Brasília contra a nova proposta de Reforma Administrativa apresentada pelo deputado Pedro Paulo (PSD-RJ). Os atos acontecem todas as terças-feiras a partir das 8h no Aeroporto Internacional de Brasília e às quartas-feiras a partir das 9h em frente ao Anexo II da Câmara dos Deputados.

Além da PEC, o pacote apresentado inclui um Projeto de Lei (PL) e um Projeto de Lei Complementar (PLP), totalizando mais de 600 páginas que nem sequer haviam sido previamente disponibilizadas aos integrantes do Grupo de Trabalho (GT) da Reforma Administrativa da Câmara. Para as entidades do Coletivo das Três Esferas, esse atropelo revela não só o conteúdo autoritário da proposta, mas também o método antidemocrático de tramitação. Outra prova disso é que nenhuma entidade que compõe o Coletivo das Três Esferas foi ouvida pelo GT, apesar das diversas tentativas e solicitações formais que foram feitas.

Proposta rompe com pacto federativo e direitos constitucionais

Em análise preliminar, o assessor parlamentar Vladimir Nepomuceno identificou pontos críticos e contradições nas propostas. O alerta central é que o texto rompe com o pacto federativo, retira direitos assegurados pela Constituição de 1988 e transfere funções essenciais do Estado para a iniciativa privada.

Nepomuceno também destacou o uso recorrente de discursos enganosos para tentar tornar a proposta mais aceitável à opinião pública. Dizem que a proposta é para combater privilégios, mas na prática, os impactos sobre esses supostos privilégios são mínimos. A PEC propõe contratos temporários, avaliações subjetivas e até mesmo uma 'estabilidade temporária', que fragiliza e impacta profundamente a estrutura do serviço público e, conseqüentemente, o acesso da população à políticas públicas.

Parlamentares desmentem falácias da proposta

Durante a reunião, os deputados também rebateram as justificativas mais recorrentes dos defensores da reforma. Afirmaram que temas como supersalários, usados como iscas narrativas, já são objeto de projetos específicos em tramitação, sem necessidade de uma emenda constitucional. O mesmo ocorre com as férias de 60 dias, a maioria absoluta dos servidores não faz jus a esse direito. A grande maioria tem direito aos 30 dias anuais de férias, como qualquer trabalhador.

Mobilização contínua é essencial para barrar retrocessos

A Frente Parlamentar Mista em Defesa do Serviço Público reforçou que a mobilização nas ruas é crucial para barrar o avanço da proposta, e convocou todas as categorias de servidores, movimentos sociais e a população em geral a pressionarem seus parlamentares.

Todos que participaram da reunião concordam que não é possível permitir que um projeto que rompe com a Constituição de 88 e entrega os serviços públicos à iniciativa privada avance no Congresso. Por isso, é hora de ocupar Brasília com resistência e unidade.

Além das atividades permanentes, continue acompanhando a divulgação e cobertura da agenda de mobilização contra a reforma administrativa que conta com o apoio da Frente Parlamentar Mista do Serviço Público.

Fonte: Condesf